



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

DATA: 13/06/2018

HORÁRIO: 14H30MIN

Pontos da pauta:

Apresentação do balanço das atividades do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher de 2014-2017 à nova gestão;

- Breve apresentação do regimento interno do conselho;
- Apresentação dos relatos da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres; e,
- Outros assuntos, encaminhamentos, caso necessários.

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e dezoito, as quatorze hora e trinta minutos, reuniu-se os membros - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, para a quinquagésima segunda Reunião Ordinária, a fim de tratar assuntos concernentes ao balanço das atividades do CNDM de dois mil e quatorze a dois mil e dezessete à nova gestão; apresentação do regimento interno do conselho; apresentação dos relatos da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres; e, outros assuntos e encaminhamentos, caso necessários. Esteve compondo à mesa: Adélia Pessoa - Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM); Ana Paula Repezza - SAE/SPM/PR; Ana Sobral - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG); André Silva - Secretaria de Governo (SEGOV); Andréia Araújo - Coordenadora-Geral do CNDM; Andremara Santos - Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Anete Angélica - Cruz Vermelha do Brasil (CVB); Aparecida Moura - Presidente do CNDM; Blanka Gomes - GAB/SPM/PR; Carolina Vaz - DEV/SPM/PR; Celina Alves - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Brasil (CTB); Chopelly Santos - Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Cleide Silva Pereira - Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (FENATRAD); Cristiane Kondo - Parto do Princípio; Denise Pinheiro - Ministério do Meio Ambiente (MMA); Deusimar Corrêa - Rumkpamey Héviôsô Zoonokum Mean; Eduarda Mourão - Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Eliana Guerra - DEV/SPM/PR; Elisa Urbano Ramos - Vítório Saber; Érica Paes - DEV/SPM/PR; Eunice Cruz - Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil (BPW/Brasil); Evelini Cavallini - Articulação Brasileira de Lésbica (ABL); Fabiana Gadelha - Secretaria Nacional de Cidadania; Francimar - Rede Nacional Direitos da Mulheres Negras e Combate ao Racismo (RNDMCR); Gabriela Andrade - SPM/PR; Georgia Diogo - Secretaria Geral da Presidência; Gláucia Morelli - Confederação das Mulheres do Brasil (CMB); Helga Ferraz - SPM/PR; Irani Costa - DAT/SPM/PR; Irina Storni - DAT/SPM/PR; Isis Tavares - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Jeanete Mazzeiro - Fórum de Mulheres do MERCOSUL (FMM); Jovanna Cardoso - Fórum Nacional de Travesti e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS); Jureuda Duarate Guerra - Conselho Federal de Psicologia (CFP); Kílvia Teixeira - DAT/SPM/PR; Laudelina Inácio - Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ); Leila Lima - ; Lucimara Cavalcante - Associação Maylê Sara Kalí (AMSK/BRASIL); Luísa Cruz - Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Luiza, Mara Feltes - Central Única dos Trabalhadores (CUT); Marcelo Artiaga - SPM; Margarethe Gomes - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS); Maria Antonia - SPM/PR; Maria Antonia Salgado - Movimento Articulado Mulheres da Amazônia (MAMA); Maria de Oliveira - Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (FENATRAD); Maria Glória - Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Mariana Meirelles - DAFI/SPM/PR; Mariana Xavier - Subchefia de Assuntos Parlamentares da Presidência da



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

República (SUPAR); Mariângela - Subchefia de Assuntos Parlamentares da Presidência da República (SUPAR); Marta Livia Suplicy - LIGA DAS MULHERES; Mirian Aquino - DAE/SPM/PR; Mônica Cipriani - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM); Mônica Vasconcelos Ribeiro - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS); Regina Maria Santos - Liga das Mulheres Eleitoras do Brasil (LIBRA); Rodrigo Peres - Subchefia de Assuntos Parlamentares da Presidência da República (SUPAR); Roseli de Oliveira - SGPPIR/MDH; Sheila Sabag - Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (RNFS); Sônia Maria - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); Stella Machado - DAT/SPM/PR; Suze Huff Theodoro - DAFI/SPM/PR; Tatiana Vasconcelos - Casa Civil/PR; Telma Nantes - Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Thalita Bucar - DAFI/SPM/PR; Thatiane Nicário - ArtJovem LGBT; Vandercy Camargo - DAFI/SPM/PR; Vanja Andréa - União Brasileira de Mulheres/UBM; Wilma Andrade - DAE/SPM/PR. A Secretária Nacional de Políticas para Mulheres, Sra. Aparecida Moura, presidente do CNDM, abriu a sessão apresentando os pontos da pauta e convidando a Dra. Andremara Santos, Juíza Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional da Justiça - CNJ, a dar as boas vindas à nova gestão e falar da importância de uma integração. A Dra. Andremara cumprimentou a todos os presentes, agradecendo pelo convite e saudando a todas as conselheiras, especialmente à presidente, Aparecida Moura, e à Assessora Especial - SPM, Helga Ferraz Jucá, pelos contatos iniciais. A Dra. Andremara relatou acerca da sua função no âmbito em que atua que é implementar, no judiciário, a política judiciária nacional de enfrentamento à violência contra a mulher; compartilhou informações acerca da adequação do poder judiciário sobre a perspectiva de gênero, enfatizando aspectos importantes relacionados aos três eixos que compõem o Programa Justiça pela Paz em Casa; sugeriu ao Conselho que colocasse em pauta a discussão acerca das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e que procurasse a Advocacia-Geral da União (AGU), para buscar se inteirar dessa questão; ressaltou a importância da existência de dados confiáveis para o desenvolvimento de uma política eficiente e eficaz, e, que para isso, há uma necessidade de melhoria na exatidão de coleta de dados. Informou que têm sido desenvolvidas discussões a esse respeito, principalmente entre os núcleos de estatísticas e o Departamento de Pesquisa Judiciária. A Juíza encerrou sua fala agradecendo a todos os ouvintes e repassou à Presidente do Conselho o relatório da décima Semana da Justiça pela Paz em Casa. A Presidente do Conselho solicitou à coordenadora Andréia que multiplicasse o documento para que cada conselheira o tivesse em mãos. Em seguida foram concedidas oportunidades para as demais conselheiras tirarem dúvidas junto à Dra. Andremara. A conselheira Adélia Pessoa levantou dois aspectos. Primeiro, a necessidade de que o CNJ conceda maior atenção aos artigos vinte e oito e vinte e nove da Lei Maria da Penha, e, segundo, acerca da audiência pública referente à descriminalização do aborto, pois se faz importante ter um posicionamento a esse respeito. A Dra. Andremara concordou com a consideração apresentada, informando que de fato há certa deficiência no cumprimento desses artigos. A conselheira Laudelina Inácio solicitou um posicionamento por parte da Dra. Andremara acerca da delação dos direitos reprodutivos da "Janaina" na decisão em primeiro grau em São Paulo e o que a sociedade civil pode fazer para minorar os danos causados a essa mulher. A Dra. Andremara respondeu que se deve apelar para todas as possibilidades: verificar a possibilidade de recursos; mobilizar em termo de apoio assistencial e trabalhar com a conscientização e articulação. A conselheira Sheila Regina Sabag questionou a Dra. Andremara sobre a Portaria quinze, de oito de março de dois mil e dezessete, se há informações de que essa Portaria esteja sendo cumprida nos estados e se já existe o relatório analítico sobre a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. A Doutora respondeu que uma coisa é a informação repassada pelas coordenadorias e outra coisa é o que é presenciado "in loco", mas que o trabalho para que a portaria seja cumprida é uma das prioridades, e que são realizadas visitas técnicas nos estados para verificar se as exigências contidas na portaria vêm sendo cumpridas. Informou ainda que já foi desenvolvido um relatório de toda a campanha. A conselheira Isis



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER**

Tavares questionou acerca do posicionamento do CNJ sobre determinados casos judiciais, principalmente os relacionados à violência contra a mulher, que geram na sociedade um sentimento de impunidade e de desejo de fazer justiça com as próprias mãos. A Dra. Andremara deixou claro que se faz necessária uma alteração do paradigma de violência atual para um paradigma de construção de paz, e ainda ressaltou que o CNJ promoveu um curso de justiça restaurativa no sentido de sensibilizar a todos sobre outras iniciativas em que a sociedade deve participar. A conselheira Lucimara Cavalcante solicitou que as especificidades dos povos e comunidades tradicionais existentes no Brasil sejam respeitadas, com base na convenção sessenta e nove da Organização Internacional do Trabalho, e inseridas na temática do workshop, e questionou ainda se os dados sobre a violência, levantados no processo, já estão em alguma plataforma pública e se a sociedade civil pode acessá-los. A Dra. Andremara respondeu que os dados dos processos são disponibilizados, mas que a forma como são apresentados ainda não contempla, por exemplo, a discriminação das informações por etnia. A conselheira sugeriu ainda, que os formulários de cadastros devem contemplar informações de cunho étnico e não somente de raça. A Dra. Andremara comunicou a todas as necessidades de se ausentar da reunião, sair mais cedo da reunião devido a outros compromissos profissionais agendados anteriormente. A Sra. Aparecida Moura agradeceu a presença da Dra. Andremara e deu seguimento ao expediente, passando a palavra para a Sra. Helga Ferraz Jucá, Assessora Especial – SPM que iniciou a fala parabenizando as empossadas no mandato de conselheira e ressaltou a importância da integração entre o poder judiciário, legislativo e executivo. Em seguida, passou a palavra para a Subchefe da Assessoria Parlamentar da Presidência da República, Mariângela Fialek. A Sra. Mariângela falou em priorizar a pauta feminina e relembrou algumas pautas: Apresentou o organograma da Presidência da República e as leis e datas aprovadas. A conselheira Sheila Sabag solicitou à Mariângela o repasse do material para a Coordenadora Andréia, que repassará para as conselheiras. Mara Feltes acrescentou que não conseguia participar de nenhuma reunião da ONU e não é falta de empenho. A presidente Aparecida Moura, informou que não é má vontade política, mas uma questão burocrática, acrescentando que é necessário registrar sobre a triagem, passagens e a burocracia que há no sistema. A conselheira Sônia Maria levantou a questão de que, após a reforma trabalhista, gestantes e lactantes ficaram propícias a trabalhar em locais insalubres e pede para que exerça o artigo trezentos e noventa e quatro da CLT, e sugere que esse pleito seja levado ao presidente. A Sra. Mariângela informou que essa tinha sido uma preocupação e que uma medida provisória foi enviada, mas que não foi apreciada pelo Congresso Nacional, disse estar atenta a essa questão. A conselheira Lucimara Cavalcante, perguntou como têm sido feita a articulação política por parte do governo com a área legislativa sobre as discussões do benefício da prestação continuada e se deixará de ser um salário mínimo. A Sra. Mariângela informou que a proposta do benefício da prestação continuada continuaria como um salário mínimo. A conselheira Chopelly Santos questionou se seria possível dialogar com a SPM acerca de algumas propostas de emendas que viabilize a realização de projetos com intuito de tirar pessoas transgêneros da vulnerabilidade social. A Sra. Mariângela reconheceu a importância de projetos nesse sentido, e sugeriu verificar no material a ser disponibilizado se há alguma proposta, ou projeto nesse sentido e verificar se há compatibilidade com o sistema tributário e orçamentário. A conselheira Jeanete Assad colocou a questão de colocar o conselho quando for participar de alguma atividade; diz que o conselho não tem divulgação e sugeriu que fosse feito um relatório dos projetos principais e do que já foi feito. A Sra. Mariângela disse que seus assessores ficarão atentos a essa questão. A Secretária Aparecida disse que quer a participação do Conselho também na função executiva, ressaltou que gostaram da ideia de se ter mais reuniões do Conselho. Finalizou a fala agradecendo e falou de uma possível agenda com a bancada feminina. Com a palavra a Diretora do Departamento de Enfretamento à Violência Contra a Mulher, Eliana Guerra, confirma que reconhece a importância e a legitimidade do Conselho e apresentou brevemente a sua formação e falou acerca da sua experiência na área. Em seguida, explicou sobre o funcionamento do seu Departamento, o que encontrou



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE GOVERNO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER**

nos cento e oitenta e as propostas de avanços. A conselheira Sheila Sabag questionou sobre quantas casas da mulher brasileira estavam previstas para dois mil e dezoito a dois mil e dezanove, qual o orçamento, qual o custo e a contrapartida do convênio a ser realizado com os municípios. Carolina Vaz Coordenadora do Projeto Mulher Viver Sem Violência, informou que houve mudanças na forma de contrato, que agora serão firmados com a Caixa Econômica Federal que firmará o convênio com os municípios; estima que a casa tipo três custará quinhentos milhões de reais por casa e a tipo quatro trezentos milhões de reais; e que houve corte nos recursos, de trinta e dois milhões, da SPM, especificamente naqueles direcionados ao programa. A presidente Aparecida pediu a palavra e informou que já possui um crédito garantido para que a SPM retome o seu limite dentro da questão orçamentária financeira, mais a quantia de cinquenta e três milhões e quatrocentos mil reais. Acredita que a situação de corte foi de momento, mas que será restituído. A coordenadora Caroline Vaz deu seguimento às respostas aos questionamentos da Sheila Sabag, informando que a contrapartida depende do que está definida na Lei de Diretrizes Orçamentária. Maria Angélica, Coordenação do Ligue cento e oitenta, informou que está sendo feita uma reorganização no sistema visando ao tratamento dos dados. A conselheira Gláucia Morelli enfatizou a importância de o Conselho estar atento ao orçamento não somente a nível federal, mas estadual e municipal, posto que a porcentagem de recurso no orçamento federal que o governo disponibiliza a área de direitos humanos não chega nem a três por cento e que considera isso um fator agravante para manutenção das políticas públicas, e manutenção de projetos como a casa da mulher brasileira. Carolina Vaz informou que o caso de São Paulo foi um dos óbices jurídicos do modelo de contrato usado anteriormente. Explica que o decreto que institui o Programa e a Casa do tipo um já pensou na dificuldade de se ter uma obra que impõe o custeio de três mil metros quadrados ao estado ou ao município. Nesse sentido, a casa de tipo um tem um convênio de manutenção pelos primeiros dois anos e o primeiro ano já estão custeados e que dois anos seja o tempo suficiente para que se consiga absolver. Elisa Urbano Ramos, conselheira antiga, trouxe uma reflexão com base no decreto seis mil quatrocentos e dois ao inciso dez artigo segundo, que trata da competência, solicitando com que o Conselho fomente e disputa acerca da violência de gênero, que precisa ser discutida enquanto gênero. A Conselheira Cristiane Kondo, questiona que são as mesmas mulheres que tem o mesmo acesso a denúncia, o que fazer quando uma mulher não tem o acesso a um telefone e-mail etc, no caso de deficiência visual ou auditiva. A conselheira Telma Nantes de Matos, questionou se os projetos estão sendo pensados levando-se em conta as questões de acessibilidade. Outras conselheiras desenvolveram suas reflexões acerca da violência contra a mulher, programas e políticas públicas. Mariana Meirelles, responsável pela implantação Rede Brasil Mulher e consolidação da governança explicou que a Rede Brasil se propõe a implementar estratégias feitas pela SPM para o exercício da transversalidade proposta pela própria política. A base que orientou a concepção da Rede foi a agenda dois mil e trinta, o PNPM e o PPA dois mil e dezesseis. A rede está organizada em cinco eixos que dariam conta às questões relacionadas ao gênero. Vandercy Camargo que atua na coordenação dos organismos de políticas públicas para as mulheres. Informou ter uma visão proativo em relação as políticas públicas para a mulher. Nesse sentido, os OPMS deverão estar em todos os municípios, capitais, estados, pois é por meio dele que vai ampliar o acesso a denúncia em cada parte. Os convênios trabalham em prol da necessidade da mulher. Solicitou que a Suze Huff realizasse uma apresentação geral dos OPMS e atuação dos mesmos. A apresentação foi interrompida pela Conselheira Eunice Cruz, que por questão de ordem sugeriu que pelo avançado da hora e as ausências da maioria das conselheiras a reunião tivesse continuidade no dia seguinte. Encerrou-se a reunião às dezessete horas e dois minutos pela Presidente Aparecida Moura.